

Dívida externa privada será financiada

■ Governo estuda com Banco Mundial criação de um fundo de US\$ 1 bilhão para empréstimos ao setor. Exportações estão descartadas

Brasília - Josemar Gonçalves

VIVIAN OSWALD E
SÍLVIA MUGNATTO

BRASÍLIA - O governo brasileiro e o Banco Mundial (Bird) estão finalizando as negociações para a criação de um fundo de US\$ 1 bilhão para empréstimos externos ao setor privado. Por isso, no acordo firmado com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o governo aumentou o teto mensal para a dívida externa do setor privado com garantia do setor público, de US\$ 1 bilhão para US\$ 1,58 bilhão. A mudança, segundo o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Amaury Bier, já foi feita em função da futura operação.

"Será criada uma entidade de direito privado, um fundo operado pelo IFC (International Finance Corporation, braço financeiro do Banco Mundial) e pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) para alavancar recursos no exterior e financiar empresas do setor privado", explicou. Bier informou também, que ainda não está decidido em que áreas o fundo vai atuar, mas informou que não será no setor exportador.

As reservas brasileiras já podem contar a partir de hoje com US\$ 1,01 bilhão. Trata-se da primeira parcela do empréstimo de US\$ 4,5 bilhões que o Banco Mundial (Bird) estará concedendo ao Brasil como parte do acordo de socorro financeiro liderado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

Pelo menos 90% desses recursos devem ser liberados para os cofres do país ainda este ano. O ministro da Fazenda, Pedro Malan, assinou ontem os dois contratos: um referente a projeto de fortalecimento da reforma da Previdência, que contará com US\$ 756 milhões, e outro para a área social, de US\$ 252 milhões.

Logo após a assinatura dos contratos, o representante do Bird no Brasil, Gobind Nankani, destacou a confiança do banco no país, lembrando que a instituição vem acompanhando com interesse os esforços brasileiros para superar a crise econômica, "que não é apenas interna, mas os efeitos de uma crise internacional que afetou diretamente o país". Nankani ressaltou também a agilidade do Senado Federal em aprovar o empréstimo do Bird, o que acelerou a liberação da primeira parcela, cujo contrato foi assinado ontem.

Negociações - A segunda parcela do empréstimo será entre US\$ 650 milhões e US\$ 1 bilhão e deverá ser aprovada pela diretoria do banco na primeira quinzena de abril. A expectativa do Banco Mundial é liberar esse ano US\$ 3,5 bilhões do total que será repassado ao Brasil. Nankani disse recentemente que as negociações para o desembolso desses US\$ 3,5 bilhões estão adiantadas. Ao todo, o Brasil poderá contar com US\$ 2,1 bilhões de ajuda financeira internacional até o final de março. Isso porque o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) poderá liberar ainda este mês os cerca de US\$ 1,1 bilhão referentes à primeira parcela de sua participação no acordo firmado com o FMI.

Crítério de desempenho - Bier disse ainda que o FMI transformou a meta de dívida externa de curto prazo (menos de um ano) em um critério de desempenho que deve ser cumprido sob pena de terem que ser revistos os termos do acordo. "Além disso, antes o conceito atingia os setores público e privado. Agora, o critério é só para o setor público não-financeiro. O governo vai partir de um saldo de US\$ 5,304 bilhões em março para US\$ 5,804 bilhões entre junho e dezembro. "A maior parte desta dívida é formada pelas compras de petróleo por parte da Petrobras", disse Bier.

Outro critério de desempenho será a dívida externa de longo prazo do setor público não-financeiro. O governo parte de um saldo de US\$ 87,966 bilhões em março (descontados os recursos referentes aos empréstimos coordenados pelo FMI) para US\$ 93,821 bilhões em dezembro de 1999. Os totais são líquidos de amortizações de dívidas e incluem as emissões de títulos que a República do Brasil pretende fazer ainda este ano no mercado externo.